

Reis Friede

Teoria da Norma Jurídica,
do Processo Legislativo e da
Interpretação Jurídica

Editor
2018

Copyright by © Reis Friede
2018

Conselho Editorial

Antônio Celso Alves Pereira - Rio de Janeiro - RJ
 Antônio Pereira Gaio Júnior - Juiz de Fora - MG
 Cleyson de Moraes Mello - Rio de Janeiro - RJ
 Germana Parente Neiva Belchior - Fortaleza - CE
 Guilherme Sandoval Góes - Rio de Janeiro - RJ
 Gustavo Silveira Siqueira - Rio de Janeiro - RJ
 João Eduardo de Alves Pereira - Rio de Janeiro - RJ
 José Maria Pinheiro Madeira - Rio de Janeiro - RJ
 Martha Asunción Enriquez Prado - Curitiba - PR
 Maurício Jorge Pereira da Mota - Rio de Janeiro - RJ
 Nuria Beloso Martín - Burgos - Espanha
 Rafael Mário Lorio Filho - Rio de Janeiro - RJ
 Ricardo Lodi Ribeiro - Rio de Janeiro - RJ
 Sidney Guerra - Rio de Janeiro - RJ
 Valfredo de Andrade Aguiar Filho - João Pessoa - PB
 Vanderlei Martins - Rio de Janeiro - RJ
 Vânia Siciliano Aieta - Rio de Janeiro - RJ

Conselho Científico

Adriano Moura da Fonseca Pinto - Rio de Janeiro - RJ
 Alexandre de Castro Catharina - Rio de Janeiro - RJ
 Bruno Amaro Lacerda - Juiz de Fora - Minas Gerais
 Carlos Eduardo Japiassú - Rio de Janeiro - RJ
 Célia Barbosa Abreu - Rio de Janeiro - RJ
 Claudia Ribeiro Pereira Nunes - Rio de Janeiro - RJ
 Daniel Nunes Pereira - Rio de Janeiro - RJ
 Elena de Carvalho Gomes - Belo Horizonte - Minas Gerais
 Jorge Bercholz - Buenos Aires - Argentina
 Leonardo Rabelo - Rio de Janeiro - RJ
 Marcelo Pereira Almeida - Niterói - Rio de Janeiro
 Nuno Manuel Morgadinho dos Santos Coelho - Ribeirão Preto - SP
 Sebastião Trogo - Juiz de Fora - MG
 Theresa Calvet de Magalhães - Belo Horizonte - MG
 Thiago Jordace - Rio de Janeiro - RJ

Capa

NeoHub Studio

Projeto gráfico

André Luiz Gama

Revisão

Rogéria Carvalho

Edição e impressão

Editar Editora Associada
 (32) 3213-2529 / 3241-2670
 Juiz de Fora - MG

Dados internacionais de catalogação na publicação

F897t

Friede, Reis

Teoria da Norma Jurídica, do Processo Legislativo e da Interpretação
 Jurídica / Reis Friede, Juiz de Fora: Editar Editora Associada Ltda, 2018.

ISBN: 978-85-7851-205-7

1. Fundamentos - Direito - Brasil.

CDD 340
 CDU 34

Sumário

O Autor	3
Prólogo	9
Capítulo I - Teoria da Norma Jurídica	
1. Considerações Iniciais e Definição.....	21
2. Substrato da Norma Jurídica	25
3. Estrutura da Norma Jurídica	25
4. Características Basilares da Norma Jurídica	29
4.1. Imperatividade	29
4.2. Heterogeneidade	29
4.3. Bilateralidade.....	29
4.4. Generalidade	30
4.5. Estabilidade.....	31
4.6. Permanência	31
4.7. Publicidade	31
5. Classificação da Norma Jurídica.....	32
5.1. Quanto à Natureza das Disposições	32
5.1.1. Normas Jurídicas Substantivas (ou Materiais)	33
5.1.2. Normas Jurídicas Adjetivas (ou Processuais).....	33
5.2. Quanto à Obrigatoriedade.....	33
5.2.1. Normas Jurídicas Imperativas (ou de Ordem Pública)	33
5.2.2. Normas Jurídicas Dispositivas (ou de Ordem Privada)	33
5.3. Quanto à Origem	34
5.4. Quanto à Sistematização	34
5.4.1. Normas Constitucionais.....	34
5.4.2. Normas Codificadas	34
5.4.3. Normas Esparsas (ou Extravagantes)	35
5.4.4. Normas Consolidadas	35
5.5. Quanto à Sanção	36
5.5.1. Normas Mais que Perfeitas	36
5.5.2. Normas Perfeitas	36
5.5.3. Normas Menos que Perfeitas	36
5.5.4. Normas Imperfeitas	37

5.6. Quanto à Vigência	37
5.6.1. Normas de Vigência Indeterminada.....	37
5.6.2. Normas de Vigência Determinada	37
5.7. Quanto à Aplicabilidade	39
5.7.1. Normas Autoaplicáveis.....	39
5.7.2. Normas Dependentes de Complementação	40
5.7.3. Normas Dependentes de Regulamentação	41
5.8. Quanto à Fonte	41
5.9. Quanto ao Sistema Jurídico	42
5.10. Quanto à Incidência Territorial	42
5.10.1. Normas Comuns	42
5.10.2. Normas Locais.....	42
5.11. Quanto ao Âmbito Material de Aplicação	43
6. Validade da Norma Jurídica	43
6.1. Validade Formal (ou Vigência em Sentido Amplo)	46
6.2. Validade Fática (ou Eficácia)	47
6.3. Validade Ética (ou Fundamento Axiológico).....	47
7. Norma Jurídica e Ciência do Direito em HANS KELSEN.....	48
8. Planos e Âmbitos do Conhecimento Jurídico.....	49
9. Estrutura Trivalente da Norma Jurídica (MIGUEL REALE)	50

Notas Complementares

1. Legitimação do Direito e Legitimidades Intrínsecas	55
2. Conflito aparente entre o Direito e a Lei	56

Diagramas Explicativos

1. Estrutura da Norma Jurídica.....	29
2. Características Basilares das Normas Jurídicas	32
3. Divisão Tridimensional da Realidade Jurídica	53

Capítulo II - Teoria da Constituição e da Norma Constitucional

1. Breves Considerações sobre Constitucionalismo.....	63
2. Constitucionalismo e Estado Democrático de Direito	67
3. Constituição e Direito Constitucional	69
4. Constituição em Sentidos Sociológico, Político, Jurídico e Cultural	76
5. Constituição em Sentidos Material e Formal.....	79
6. Objeto, Elementos e Conteúdo da Constituição	81
7. Classificação das Constituições	83
7.1. Quanto à Origem	83
7.2. Quanto à Forma	84
7.3. Quanto ao Processo de Elaboração	85
7.4. Quanto ao Conteúdo.....	85

7.5. Quanto à Extensão.....	86
7.6. Quanto ao Processo de Reforma.....	86
7.7. Quanto à Dogmática	89
7.8. Quanto ao Objeto	89
7.9. Quanto ao Modelo	90
7.10. Quanto ao Sistema.....	90
8. Normas Constitucionais	91
8.1. Classificação das Normas Constitucionais	91
8.2. Hierarquia e Supremacia Constitucional.....	94
8.3. Aplicabilidade das Normas Constitucionais	95
9. Hermenêutica Constitucional.....	106
9.1. Interpretação Constitucional.....	106
9.2. Métodos de Interpretação Constitucional.....	108
9.2.1. Método Jurídico ou Hermenêutico Clássico.....	109
9.2.2. Método Tópico-Problemático.....	109
9.2.3. Método Hermenêutico Concretizador	109
9.2.4. Método Científico-Espiritual.....	110
9.2.5. Método Normativo-Estruturante.....	110
9.2.6. Método da Comparação Constitucional.....	112
9.3. Princípios de Interpretação Constitucional.....	113
9.3.1. Princípio da Unidade da Constituição.....	113
9.3.2. Princípio da Concordância Prática ou Harmonização ..	114
9.3.3. Princípio do Efeito Integrador.....	114
9.3.4. Princípio da Força Normativa	114
9.3.5. Princípio da Máxima Efetividade ou Eficiência.....	116
9.3.6. Princípio da Justeza ou da Conformidade (Exatidão ou Correção) Funcional.....	117
9.3.7. Princípio da Interpretação Conforme a Constituição....	117
9.3.8. Princípio da Proporcionalidade ou Razoabilidade....	120
10. Norma Constitucional e Direito Intertemporal	124
10.1. Recepção	125
10.2. Repristinação	126
10.3. Desconstitucionalização	127
11. Mutação Constitucional	129
Notas Complementares	
1. Formas de Estado	134
2. Formas de Governo e Sistemas de Governo	138
3. Constituição Material e Constituição Substancial	141
Diagramas Explicativos	
1. Constituição nos Sentidos Sociológico, Político, Jurídico e Cultural.....	79

2. Constituição nos Sentidos Material e Formal.....	81
3. Classificação das Constituições.....	91
4. Classificação das Normas Constitucionais.....	105
5. Métodos de Interpretação Constitucional.....	112
6. Princípios de Interpretação Constitucional.....	124
7. Recepção, Repristinção e Desconstitucionalização.....	128
8. Formas de Estado.....	137
9. Formas de Governo e Sistemas de Governo.....	141

Capítulo III - Teoria do Ordenamento Jurídico

1. Ordenamento Jurídico	145
2. Características	148
2.1. Unidade.....	148
2.2. Coerência	151
2.3. Completude	153
3. O Problema das Antinomias	156
3.1. Classificação das Antinomias.....	156
3.2. Critérios Solucionadores das Antinomias.....	158
4. O Problema das Lacunas	163
4.1. O Debate Sobre a Existência de Lacunas no Direito	165
4.2. Espécies de Lacunas	168
4.3. Integração do Direito	173
4.3.1. Auto-integração e Heterointegração	174
4.4. Meios Supletivos das Lacunas	175
4.4.1. Analogia	175
4.4.2. Costume Jurídico	179
4.4.3. Princípios Gerais de Direito	181
5. A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro	182

Notas Complementares

1. Julgado do STF sobre Lacunas.....	185
2. Julgado do STF sobre analogia enquanto Meio de Integração.....	185

Diagramas Explicativos

1. Características do Ordenamento Jurídico.....	156
2. Classificação das Antinomias (Segundo MARIA HELENA DINIZ)..	158
3. Mecanismos de Integração das Lacunas.....	182

Capítulo IV - Teoria do Processo Legislativo

1. Poder Legislativo.....	191
1.1. Funções do Poder Legislativo.....	193
1.2. Estrutura e Competência	195

2. Processo Legislativo.....	199
2.1. Definição.....	199
2.2. Espécies Normativas Primárias.....	200
2.2.1. Emenda à Constituição	200
2.2.2. Lei Complementar	203
2.2.3. Lei Ordinária	208
2.2.4. Lei Delegada.....	210
2.2.5. Medida Provisória.....	213
2.2.6. Decreto Legislativo.....	225
2.2.7. Resolução	228
2.3. Fases do Processo Legislativo das Leis Complementares e Leis Ordinárias	231
2.3.1. Fase da Iniciativa.....	231
2.3.1.1. Espécies de Iniciativa	232
2.3.2. Fase Constitutiva.....	238
2.3.2.1. Deliberação Parlamentar: Discussão e Votação	238
2.3.2.2. Deliberação Executiva: Sanção ou Veto	243
2.3.3. Fase Complementar: Promulgação e Publicação.....	248
2.4. <i>Vacatio legis</i>	249
3. Revogação.....	252
3.1. Definição	252
3.2. Revogação Total, Parcial, Expressa e Tácita.....	253
4. Recepção	254
5. Repristinação.....	257
6. Técnica Legislativa.....	258
Notas Complementares	
1. O Processo Legislativo nas Constituições Brasileiras.....	263
Diagramas Explicativos	
1. Distinção entre Lei Complementar e Lei Ordinária.....	210
2. Quadro das Espécies Normativas Primárias.....	231
3. Fases do Processo Legislativo das Leis Complementares e Leis Ordinárias.....	252
Capítulo V - Teoria da Interpretação Jurídica	
1. Aspectos Históricos e Definições	281
2. Hermenêutica e Interpretação	287
3. Interpretação e Segurança Jurídica.....	290
4. O Princípio <i>in Claris Cessat Interpretatio</i>	291
5. Classificação da Interpretação Jurídica.....	294
5.1. Interpretação quanto ao Sujeito (ou à Fonte).....	294

5.1.1. Interpretação Autêntica (ou Legislativa).....	294
5.1.2. Interpretação Doutrinária (ou Doutrinal).....	296
5.1.3. Interpretação Judicial (ou Jurisprudencial)	298
5.2. Interpretação quanto aos Meios (ou Métodos).....	301
5.2.1. Interpretação Gramatical (Literal ou Filológica).....	303
5.2.2. Interpretação Racional (ou Lógica)	308
5.2.3. Interpretação Sistemática	316
5.2.4. Interpretação Histórica.....	321
5.2.5. Interpretação Teleológica (ou Sociológica)	324
5.3. Interpretação quanto ao Resultado.....	326
5.3.1. Interpretação Declarativa (ou Enunciativa)	327
5.3.2. Interpretação Extensiva.....	328
5.3.3. Interpretação Restritiva	329
6. Distinção entre Analogia, Interpretação Analógica e Interpretação Extensiva	330
7. Argumentação Jurídica.....	332
7.1. Espécies de Argumentos Jurídicos	337
7.1.1. Argumento <i>ab Absurdo</i> (ou <i>Reductio ad Absurdum</i>)	337
7.1.2. Argumento <i>a Contrario Sensu</i>	338
7.1.3. Argumento <i>a Fortiori</i>	339
7.1.4. Argumento da Coerência.....	339
7.1.5. Argumento <i>a Simili</i>	340
7.1.6. Argumento de Autoridade (ou <i>ab Auctoritate</i>)	341
7.1.7. Argumento <i>a Priori</i>	341
7.1.8. Argumento <i>a Posteriori</i>	342
Notas Complementares	
1. O Princípio <i>in Claris Cessat Interpretatio</i> no Superior Tribunal de Justiça	343
2. Distinção entre Texto Normativo e Norma Jurídica	344
3. Voto (Vencido) Proferido pelo Min. CESAR ASFOR ROCHA (STJ, Segunda Turma, Recurso Especial nº 1.013.060/RJ)	347
Diagramas Explicativos	
1. Interpretação Quanto ao Sujeito.....	300
2. Interpretação Quanto ao Método (ou Meio).....	326
3. Interpretação Quanto ao Resultado.....	330
4. Principais Argumentos Jurídicos.....	342
Referências	349
Principais Obras do Autor	356